

MULHERES AFRICANAS, RACISMO ESTRUTURAL E PANDEMIA DE COVID 19: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DA PRAIA EM CABO VERDE

Rutte Tavares Cardoso Andrade¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo é o resultado de um estudo de caso sobre o processo de ocupação do espaço urbano na cidade da Praia e o impacto da Pandemia de COVID 19, nos direitos à cidade. A construção da cidade da Praia, capital de Cabo Verde, é condicionada pela estrutura do racismo que determina o processo de ocupação das ilhas de Cabo Verde e o processo de construção e consolidação de projecto de urbanização e modernização da cidade da Praia, que reflete o projecto de sistema de dominação colonial e suas políticas de exclusão e apagamentos africanos da sua identidade cultural.

Apesar do esforço do Estado em excluir, apagar os legados culturais africanos, expressas nas construções de modelo habitacional urbano, a partir da imposição de

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. <http://lattes.cnpq.br/5002773826592464>. Orcid não informado. rutteandrade@unilab.edu.br. Endereço para correspondência: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidade e Letras, Av. Juvenal Eugênio Queiroz, s/n, Centro, São Francisco do Conde, BA, Brasil. CEP: 43900-000. Telefone: (71) 36518254.

regulamentações e de normas higiênico-sanitárias, isso não significou o fim deste tipo de ocupação do espaço urbano via habitações concebidas informais. Elas continuam presentes no cenário urbano da cidade da Praia e nem sempre seguindo as regulamentações traçadas pelo Estado. Deste modo, existe um conjunto específico de práticas culturais de matriz civilizatória africana que tiveram importância em épocas anteriores, com um impacto histórico, políticos e cultural significativo na formação e configuração das cidades em Cabo Verde.

Existe uma forte tradição de ocupação de espaço que remonta ao período colonial, no início da formação da cidade da Praia, em Cabo Verde. Quais são as estratégias ressignificadas por mulheres no processo de resistência na construção da cidade? Nesse sentido, a partir da epistemologia afrocêntrica, importa questionar o modelo de urbanização das cidades na África Contemporânea, considerando as especificidades da cidade da Praia em Cabo Verde. Na presente pesquisa entrevistamos as mulheres que vivem nas periferias da cidade da Praia, capital de Cabo Verde, com o interesse de compreender as suas estratégias de resistência na construção da cidade, na actual conjuntura marcado pelo Pandemia de Covid 19.

Nesse exercício de lestriamento fundamentamos a nossa reflexão no paradigma epistemológico do Mulherismo Africana (Hudson-Weens, 2002) com a centralidade do eu-coletivo e a defesa da matriz civilizatória como mecanismo fundamental no processo de libertação e restauração do equilíbrio e da justiça. Seguimos os caminhos ancestrais para assegurar possibilidades históricas e culturais que atravessam as subjetividades e dinâmicas das mulheres cabo-verdianas, concebemos a ancestralidade como mecanismo fundamental da resistência feminina perante o processo de dominação neocolonial e o racismo estrutural.

O Mulherismo Africana é uma epistemologia reverenciada na ancestralidade africana, para recuperar a agência das mulheres africanas. Portanto, necessariamente foca nas

experiências de resistência, necessidades e expectativas das mulheres africanas, com o foco no princípio da coletividade e comunidade. Neste exercício de encantamento, a filósofa burquinense Sobonfú Somé (2003), deslinda sobre a importância da comunidade no processo de resistência. Nas suas palavras: “A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar uma das outras” (Somé, 2003, p. 35). Pois, a concepção da comunidade é fundamental no processo de (re) construção ontológica das mulheres face ao sistema de dominação patriarcal neocolonial, promovendo os conhecimentos e valores determinantes na identidade cultural e reafirmação.

Neste sentido, concebemos um lugar de inequívoco destaque para a cultura. Pois, sejam quais forem as suas características ideológicas, ou idealistas das suas manifestações, a cultura é um elemento essencial da história de um povo. Amílcar Cabral (1970) defende que “a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas elaboradas e fixadas pela consciência social, para a elaboração desses conflitos, em cada etapa da evolução social em busca do progresso” (Cabral, 1970, p. 360). O apagamento físico, simbólico e epistemológico da África teve como consequência a interrupção do desenvolvimento da África em todos os seus domínios, quais sejam, histórico, político, social, econômico, religioso, epistemológico, entre outros. Pois, a recuperação dos valores e referências africanas é uma concepção pluralista e reconhece as outras experiências humanas, e propõe a valorização dos modelos e referências culturais africanas (Asante, 2000).

A DOMINAÇÃO COLONIAL E URBANIZAÇÃO EM CABO VERDE

Nos últimos cinco séculos, o sistema de dominação hegemônico produziu processos de dominação sobre o continente africano que resultaram no colonialismo europeu na África, no escravismo criminoso nas Américas e no mercantilismo e capitalismo na

Europa (Rodney, 1972). Nesse sistema de imposição de modelo civilizatório, ideologias foram produzidas, sendo uma delas o eurocentrismo, resultando na hegemonia cultural europeia sobre africanos (as) no continente e nas suas diásporas. Esse embate entre as culturas tem como base as lutas políticas, econômicas, sociais e culturais entre os povos e descendentes de povos desses dois continentes.

Deste modo, a representação da cultura africana na formação do espaço urbano da cidade da Praia é consequência dessa resistência cultural face às políticas de exclusão, e apagamentos das práticas culturais africanas. As culturas africanas, heterogêneas na sua composição, transportam conhecimentos milenares, ricos e complexos, ressignificados, nas estratégias de resistências, e atualizados no cotidiano do povo das ilhas do arquipélago. Essa matriz civilizatória africana está subjacente ao *modus vivendi* do povo cabo-verdiano, sobretudo na disputa do espaço urbano e nas tentativas de construção de suas habitações, na contramão da legalidade estabelecida pela instituição pública de matriz colonial, estruturalmente racista.

Como faz notar Molefi Asante (2009), na Antiguidade, as civilizações africanas apresentam um grande acúmulo de experiências civilizatórias na região do vale do Hapi, chamado atualmente como vale do Rio Nilo, através de povos conhecidos na histórica como etíopes, núbios e egípcios. Essas civilizações partilham uma matriz civilizatória comum, que se expandiu e diversificou através por todo continente africano e suas diásporas, ao longo dos tempos históricos que se sucederam.

Podemos pensar que a cidade seja a expressão da identidade cultural de um povo, apresentando seus edifícios, moradias, monumentos, os lugares das suas manifestações, bem como os espaços de produção e transmissão de conhecimentos, universidades e museus, em suma, a história acumulada no tempo. Assim, a cidade expressa resistência das mulheres, homens e crianças cabo-verdianas, e a sua cosmo-sensação (Oyěwùmí, 1997) do povo africano.

URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: O CASO DE CABO VERDE

A cidade da Praia, capital de Cabo Verde, abriga as principais instituições públicas e privadas do país. No contexto cabo-verdiano, a cidade da Praia se apresenta como o principal destino para a procura de trabalho e formação acadêmica por parte das pessoas de baixa renda provenientes do meio rural da ilha de Santiago, onde se encontra localizada, e das outras ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, sobretudo ilhas situadas nas proximidades do centro como Maio, Fogo e Brava.

A mudança para a cidade da Praia, capital do país, nem sempre traduz o imaginário dessas pessoas que chegam de necessidades e expectativas, mas acabam se frustrando com o racismo estrutural e seu *modus operandi* sobre os sujeitos africanos e suas subjetividades. A maior frustração refere-se à violência física e simbólica, com que os cabo-verdianos vivenciam de forma mais intensa nas cidades o racismo institucional reproduzido pelas entidades públicas. O problema da habitação e os bens e serviços essenciais, acesso à água potável e a vários outros produtos indispensáveis à sua subsistência e sobrevivência na cidade grande.

Entretanto, importa frisar que os sujeitos africanos, submetidos ao controle do colonizador desde a invasão europeia no continente africano até sua chegada as ilhas de Cabo Verde, foram sujeitos que tiveram seus direitos despossuídos, bem como sua cultura e história. Neste sentido, a partir de uma concepção epistemológica afrocentrada, apesar da resistência fundamentada na matriz civilizatória africana, esses sujeitos estão biologicamente, imersos à condição de não-ser, isto é, demarcados pelo significante da morte (Fanon, 2005).

Ademais, os processos (neo) coloniais não só condicionaram a existência das mulheres africanas à exploração de sua condição de agente de sua história, mas também os reduziram através de exclusão e sofrimentos igualando-os à experiência de

zoomorfização. De fato, a condição de escravizadas já resultava em “uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político”. (Mbembe, 2016, p. 131).

A negação de direitos à cidade em Cabo Verde em especial o direito habitacional remonta ao período colonial, no início da formação da cidade da Praia, que inicialmente foi erquida para servir à elite colonial. Os sujeitos africanos, mulheres, crianças e homens cabo-verdianos historicamente, habitavam os não-lugares. Espaços destituídos de qualquer estrutura e condição de habitabilidade. Os estudos de Semedo (1998), Nascimento (2003), Tavares (2006) e Évora (2009) indicam que a ocupação do espaço urbano e suas configurações iniciais caracterizaram-se pela presença de várias gerações que se reuniam em áreas não planejadas da cidade, construindo suas casas na informalidade. As áreas urbanas onde construía as suas casas eram marcadas por práticas de sua cultura africana, ainda que em contexto diferente e em condições de extrema violência do Estado colonial e neocolonial.

Desde o início da formação da cidade da Praia, a ordenação do espaço urbano tem se baseado em concepções ocidentais de pensamento, assumindo configuração de uma cultura de organização social e urbana eurocêntrica. A independência nacional, ocorrida em 1975, não se traduziu numa ruptura ou revolução no processo de construção e políticas públicas capazes de atender reais necessidade e expectativas das pessoas, considerando a identidade cultural das mulheres, homens e crianças que habitam a cidade. Esse modelo de urbanização não se coaduna com a lógica de ocupação do espaço urbano das pessoas relegadas a condição de pobreza, determinada pela condição de dominação e exploração a que foram submetidos durante a vigência do escravismo e neocolonização em Cabo Verde (Évora, 2009).

Assim, o fenômeno da expansão urbana no contexto de África em geral, constitui um dos maiores problemas de crescimento no continente africano, visto que grande parte

das pessoas nas periferias urbanas tem dificuldade no acesso aos serviços básicos, como a saúde, educação, água potável, saneamento, eletricidade, transporte, entre outros.

Nesse exercício de encantamento, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2016) nos interpela a pensar que o racismo se apresenta, também, enquanto mecanismo político, através do qual a dominação impera, sustentada pela divisão e hierarquização de raças humanas (Mbembe, 2016). Deste modo, a superioridade fundamentada no paradigma do eurocentrismo, questiona os limites da soberania estatal, buscando relacioná-la ao racismo e compreendendo que a necropolítica é o uso do poder social e político que exercerá o controle sobre quais vidas devem viver ou morrer, criando, assim, zonas de morte para populações específicas. Ademais, o sistema de organização social fundamentado no capitalismo só existe a partir do racismo estrutural ou totalitário, do colonialismo e do imperialismo, abrindo espaço para pensarmos também o sexismo que atravessa os corpos femininos, demarcados pelo patriarcalismo e pelo machismo como corpos servis e excluídos. Esta é a lógica da inimizade, que avança sobre as sociedades contemporâneas, justamente por exercer-se no controle dos corpos, sobretudo corpos africanos (Mbembe, 2017).

Para Achille Mbembe (2016), a necropolítica como um modo em que o Estado, pela via de poder, tende a submeter determinadas populações a condições de vida que lhes confere o estatuto de mortos-vivos, ou seja, vidas que ocupam um não-lugar. Ele ainda nos possibilita pensar outros corpos, dentre eles, os corpos femininos, enquanto aqueles que ocupam um estatuto de mortos-vivos quando pensados a partir do gênero. Neste movimento de escuricimento, as mulheres africanas se apresentam destituído de direitos e de liberdade, sobretudo. Assim, se o controle da necropolítica, por um lado estabelece a morte (subjéctiva e física) desses sujeitos, por outro, naturaliza as disparidades sociais por estes experienciadas, estruturando uma formação tecnológica do controle da vida, mas pelo viés da morte.

Mbembe (2016), ainda em sua teorização, explana acerca da figura do escravo, a fim de sinalizar como a soberania estatal se apresenta frente a raça nos países colonizados, porém, aqui, tomar-se-á o corpo feminino, que se atravessa pela raça, enquanto personificação da mesma lógica, pois este se encontra nas 'teias da desigualdade', sendo permeado pelas questões morais, sociais, psicológicas, políticas, jurídicas ou culturais. Mas, tal qual o escravo, o corpo feminino se vê encapsulado a um processo de mortificação e dominação, sendo essas expressas pela discriminação e pelo preconceito frente ao gênero; pela perda de direitos sobre o seu corpo; pelo desemprego ou subemprego; pelo não acesso ao direito e aos espaços da cidade (morte social), dentre outros aspectos (Mbembe, 2017).

A necropolítica surge, então, na reinvenção da morte, da institucionalização dos processos de morrer e das práxis científicas que se dão antes mesmo do óbito concreto, ou seja, anterior a esse. Nesse sentido, Mbembe (2016), os países africanos, cujas estratégias de poder estabelecidos pelo sistema colonial, as cidades colonizadas foram erigidas a partir de um estado de exceção, cuja violência e degradação do outro, bem como as práticas coloniais, se dariam pela via do necropoder (Mbembe, 2016). Em Cabo Verde, a soberania do Estado é aquela que remonta as opressões das mulheres, homens e crianças que resistem diariamente aos processos (neo) coloniais. Tais violações se dão quando aprisionam as mulheres aos afazeres domésticos; ao subemprego, a negação do direito aos acessos à cidade e ao controle da liberdade de ir e vir nos espaços que compõem a cidade.

Cotidianamente as mulheres cabo-verdianas resistem às mais diversas formas de opressão, no que tange ao direito à cidade. Especialmente quando se trata das desigualdades frente ao gênero, à idealização dos corpos negros e à ocupação da cidade realizadas pelo racismo estrutural e por processos coloniais. É através dessa perspectiva que se pensa que a Cidade e o Estado constituídos pela via da Necropolítica (Mbembe, 2016). Já que seu poder normativo, coercitivo e regulador,

determina aqueles sujeitos que irão morrer ou viver, sendo as mulheres as mais suscetíveis da condição de não-ser.

As mulheres cabo-verdianas têm sua força produtiva reduzida, seu corpo objetificado e coisificado e sua vida condicionada aos interesses do capital, do patriarcalismo e, por consequência, do poder estatal enquanto corporeidade de regulação, segregação e extermínio. Assim, aqui se faz alusão a uma sociedade fundada pela via do poder que se manifesta de múltiplas formas, mas com o intuito final de regular, hierarquizar e exterminar os indesejados. Fato que revela o lugar social da mulher que resistem no lugar periférica. Porém, conforme abordaremos na seção seguinte, a cultura é um mecanismo de resistência às políticas segregacionista e ao racismo institucional.

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NO BAIRRO DE JAMAICA NA CIDADE DA PRAIA E O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A partir das entrevistas com as nossas interlocutoras, podemos acessar os mecanismos que cotidianamente elas (re) inventam para resistem às políticas de exclusão e apagamentos, numa cidade que busca, desenfreadamente, consolidar o projeto de modernização. As nossas interlocutoras que se identificam como mulheres pretas, asseguram que a construção de moradia no bairro de Jamaica, situado na periferia da cidade da Praia, surgiu como alternativa mais viável, seja pelo acesso ao terreno, seja por ser uma forma mais imediata para o acesso à casa própria.

Neste sentido, é fundamental a compreensão do solo urbano como propriedade coletiva. Pois, práticas africanas de propriedade comum de terra é um princípio estruturante do sistema cultural em Cabo Verde. No bairro de Jamaica, as nossas interlocutoras tiveram acesso a propriedade através da solidariedade das famílias e amigos. Na ausência de condições financeiras para compra de terreno em espaços urbanizados, a construção da casa própria em Jamaica representa uma estratégia

fundamental para a maioria das pessoas em Cabo Verde. Este fato é recorrente nas histórias de vida das nossas interlocutoras.

Uma delas fez a seguinte afirmação: “minha família sempre foi pobre, nunca tivemos terras para agriculturas e construção de casa. Famílias pobres como nós tem que lutar para sobreviver no campo. A vida nunca foi fácil para gente”. Ainda que de modo implícito, essa narrativa coloca o problema racial na estruturação da trama de relações sociais na cidade da Praia, e relaciona a relevância social existente entre as dimensões sócio-ocupacionais (espacial) do espaço urbano na informalidade habitacional. Ademais, a narrativa evidencia os desafios que historicamente se colocam ao povo africano, na resistência no acesso ao direito à cidade, no contexto histórico atravessado pelo processo de colonização e racismo estrutural.

Os dados empíricos trazem à tona a agência das mulheres cabo-verdiana na construção da cidade. Nesse caso, na configuração e formação da cidade da Praia, pois, as quatro mulheres chefes de família geriram todo o processo de construção de moradia, aliado a outras responsabilidades e cuidados como a educação dos filhos e o emprego, para complementar a renda familiar. Essas responsabilidades acompanhadas pelos desafios impostos por políticas de exclusão que se agravaram com a crise de Pandemia de COVID-19.

Outro fator importante que se evidencia nas narrativas das nossas interlocutoras sobre o seu percurso de vida e trajetórias de resistência no acesso à cidade diz respeito ao acesso ao terreno, no bairro de Jamaica, capaz de mobilizar saberes adquiridos em outros momentos ou circunstâncias de suas vidas, seja no que tange à construção de casas, seja no que se refere às tradições da família. São saberes ancestrais adquiridos com os avós e pais, que tinham profundo conhecimento das técnicas de construção de habitações ecológicas, (ancestralidade africana) que também são usadas no campo, principalmente no interior das ilhas de Cabo Verde.

Os princípios de coletividade, união e solidariedade emanam nas práticas de construção de habitação, relacionados à sua trajetória de vida na Jamaica e são também partilhados em outras formas de relações sociais, sobretudo nas diferentes instâncias de socialização. A nossa interlocutora, Niara, uma mulher que se identifica como preta, de 59 anos de idade, assegura que alguns princípios do sistema cultural africano como comunidade, sociabilidade e irmandade, que define a relação e interação entre as famílias, ajudam igualmente a redefinir estratégias de enfrentamento aos problemas de acesso à saúde, água, educação, transportem entre outros que se agravaram com a Pandemia de COVID-19.

Entretanto, podemos inferir de tudo isso os valores e práticas civilizatórias africanas, como mecanismo de resistência e acesso aos direitos à cidade, no contexto da cidade da Praia em Cabo Verde. Esse é um dos aportes a serem considerados na interpretação dos conflitos urbanos e políticas públicas na cidade da Praia, caracterizada por assimetrias entre a resistência do povo africano em preservar a identidade cultural, e pelas políticas do Estado para imprimir nas novas formas de habitar o lugar, um espírito moderno de cidade, centrado na cultura e dinâmica estranhas a cultura africana ressignificadas no território cabo-verdiano.

Entretanto, as mulheres e homens que constroem suas habitações nos espaços periféricos destituídos das condições que garantam a sua integridade ontológica, buscam influir também na produção de uma nova imagem, mais positivada e menos estigmatizada num contexto racista, sendo que o bairro de Jamaica é um espaço dinâmico atravessado pelas complexidades do processo de resistência e afirmação identitária. E, desse modo, procuram se afastar de outra imagem como costumam ser representados os locais mais pobres, quando homogeneizados e identificados apenas como espaços de concentração de pobreza, criminalidades e violência urbana e, deste modo, territorialmente estigmatizados.

A pesquisa mostra-nos que o fenômeno do desemprego e problemas decorrentes do mesmo, no bairro de Jamaica, são contornados pela solidariedade que são construídas e ressignificadas pelas mulheres, homens e crianças nas circunstâncias desafiadoras vividas e doídas diariamente. Essa solidariedade, conexão e troca se manifestam em plano familiar, no qual as relações de confiança são atribuídas a vizinhos e amigos, envolvendo distintos graus de reciprocidade e interação.

Com a Pandemia de Covid-19, o acesso ao serviço também indica que as características dos ciclos de periferização e os seus moradores se refletem nos aspectos da dinâmica urbana como um conjunto no qual o acesso à cidade é visto a partir do seu papel de consumo – sistemas de saúde, transportes, abastecimentos de água, saneamento, educação, entre outros – percebendo-se que a sua organização tende à descentralização, o que contribuiria para uma gradativa substituição da busca de solidariedades e djunta mó (termo da língua nacional cabo-verdiana que significa solidariedade).

MULHERES AFRICANAS E CIDADE: AGÊNCIA FEMININA NA RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DA CIDADE DA PRAIA CABO VERDE

Propomos, como foi dito anteriormente, compreender o processo de ocupação urbana a luz do paradigma de Mulherismo Africana como possibilidade epistemológica para uma reflexão e análise da agência das mulheres cabo-verdianas na construção da cidade, partindo do pressuposto da maafa (termo da língua africana ki-swahili que significa tragédia) da escravização e o do processo de (neo) colonização. Na medida em que as forçosas travessias transatlânticas foram penetradas nos moldes de construção da cidade em Cabo Verde que permanecem dosando colonialidades que delineiam formas de subjugação, conflitos e necessidades das elites econômicas, para se retroalimentar e ascender no sistema hegemônico marcadas pelas práticas neocoloniais.

Nesta encruzilhada a cultura é concebida como categoria de análise para compreender a natureza das experiências das mulheres africanas (Hudson-Weens. 1993). Ela é fundada na cultura africana e, portanto, é necessariamente focada nas experiências únicas de lutas, necessidades e expectativas das mulheres africanas. Da crueldade, fortaleceu-se a constituição de continuidades africanas em diáspora, como re-alinhar a concepção de afetividade, um alicerce profundo para a continuidade africana, alvo de esfarelamento no processo colonial.

O paradigma de Mulherismo Africana encontra os seus fundamentos nos princípios estruturantes do sistema cultural que comprem a matriz civilizatória africanas. De entre esses princípios do matriarcado tem um papel fundamental na compreensão na compreensão da agência das mulheres africanas. Conforme as palavras da intelectual africana em diáspora:

O conceito de matriarcado destaca o aspecto de complementaridade na relação feminino-masculino, ou natureza do feminino e masculino, em todas as formas da vida que é entendida como não hierárquico. Tanto a mulher e o homem trabalham em todas as áreas de organização social. A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, a portadora da vida, condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social (Hudson-Weens *apud* Dove, 1994, p. 8).

Deste modo, o papel das mulheres africanas no meio social subverte as representações estigmatizantes do seu papel submissa e das fragilidades face ao sistema hétero-patriarcal, misóginos e estruturalmente racista. Neste caminho ancestral, a comunidades assume igualmente um papel relevantes no processo de restauração do equilíbrio social.

Conforme as trajetórias das mulheres, sujeitas da nossa pesquisa, o caminho percorrido para se obtenção de renda, em um primeiro instante resulta dos saberes ancestrais. As

dinâmicas de ocupação quanto às interações em Jamaica, aproximam-se tanto do que se refere a estratégias inventadas e reinventadas, na construção e manutenção de casas e nas práticas coletivas de sobrevivências, quanto da constituição, ampliação e/ou dissolução das relações familiares e amizades, o que observamos em diferentes oportunidades. Efetivamente, a construção das casas do bairro de Jamaica, à semelhança dos vários bairros da cidade da Praia, só foi possível graças a conhecimentos e práticas ancestrais na construção de casas de madeira, barracos e blocos de concretos, tão comuns entre os moradores do interior da ilha de Santiago que migraram para a cidade.

Conquistar um espaço para construir moradia significa para muitas (os) moradoras (es) uma oportunidade a melhoria na vida e dignidade. As experiências da Niara e da Nala, assim como outras(os) moradoras(es) dos bairros da periferia que em sua maioria compõem o cenário urbano da capital de Cabo Verde, mostram a trajetória percorrida por elas, além das redes e relações comunitárias estabelecidas através delas, até construírem as suas habitações. Um aspecto evidenciado nas entrevistas e conversas que aparece em outras experiências analisadas refere-se aos programas de apoio a jovens e crianças nos bairros da periferia da cidade da Praia e que determinam significativamente o rumo que eles seguem no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, quisemos enfatizar e iluminar o protagonismo das mulheres cabo-verdianas na construção da cidade e os desafios enfrentados pelas mesmas num contexto patriarcal e estruturalmente racista, reprodutor de práticas políticas coloniais, que fossilizam as profundas assimetrias e múltiplas opressões vividas pelas mulheres que habitam a cidades em Cabo Verde. Apesar de contribuírem para a formação das cidades, a trajetória histórica da formação e crescimento delas é acompanhado por

dinâmicas de resistência e insurgências das mulheres e homens cabo-verdianos face às múltiplas opressões do Estado neocolonial e à reprodução do sistema capitalista.

À tentativa de organização espacial da cidade, as pessoas que construíram as suas casas no bairro são acusadas de contribuir para “enfeiar” a cidade ou colaborar para a permanência de hábitos considerados “incivilizados”, que travavam o advento da modernidade. A concepção de modernidade, assim como a visão eurocêntrica de urbanidade que orientaram os seus projetos de modernização, considerava o abandono das tradições, centradas no modelo civilizatório africano, como imprescindível para a restituição da justiça e equilíbrio social nas cidades africanas.

Dessa forma, destacamos as desigualdades que caracterizam a oposição entre o modo de habitar e viver da elite económica e o povo cabo-verdiano, enquanto produtos e reproduções do capitalismo, num continente ainda marcado pelo racismo estrutural, (neo) colonialismo e pela globalização hegemônica. Entendemos que, no contexto africano, tais problemas podem ser melhor equacionados a partir da consideração das experiências e de uma maior valorização do sistema cultural africano, tomando as (os) africanas (os) como sujeitos históricos, o matriarcado como princípio estruturante do sistema da cultura africana e da agência do povo cabo-verdiano.

REFERÊNCIAS

Asante, Molefi K. (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplina. In Elisa L. Nascimento (Org.). *Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora* (pp. 93-110). São Paulo: Selo Negro.

Cabral, Amílcar (1974). *Unidade e luta*. Lisboa: Nova Aurora.

Hudson-Weems, Clenora (1993). *Afrikana-Wominism: reclaimns ourselves*. Troys: Bedford.

Mbembe, Achille (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

Mbembe, Achille (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-152.

Nascimento, Judite M. N. (2003). *O crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ (2016). *Matrpotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What gender is Motherhood?* New York: Palgrave Macmillan.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ (2002). Visualizing the body: Western theories and African subjects. In Peter H. Coetzee & Abraham P. J. Roux (Eds.). *The African philosophy reader* (pp. 391-415). New York: Routledge, 2002.

Oyewùmí, Oyèrónké (1997). *The invention of women: making an African sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Rodney, Walter (1972). *How Europe underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture..

Semedo, José M. (1998). Um arquipélago do Sahel. In Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. *Descobertas das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: AHN; Paris: Sépia.

Somé, Sobonfu (2003). *O Espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos*. São Paulo: Odysseus.

Tavares, Carlos (2006). *A política de solos na política urbana: a sua relevância para a cidade da Praia – Cabo Verde*. Dissertação de mestrado, Universidade Nova, Lisboa, Portugal.

MULHERES AFRICANAS, RACISMO ESTRUTURAL E PANDEMIA DE COVID 19: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DA PRAIA EM CABO VERDE

Resumo

Neste artigo propomos uma reflexão sobre a agência das mulheres africanas e sua (re) existência em tempo de Pandemia de COVID 19, no contexto da cidade da Praia, capital de Cabo Verde. O nosso exercício de suleamento se fundamenta na epistemologia de Mulherismo Africana (Hudson-Weens, 1993) para compreender a agência das mulheres na construção da cidade. Para Mbembe (2016) no contexto dos países africanos como Cabo Verde atravessados pelo sistema de dominação, as cidades colonizadas foram erigidas a partir de um estado de exceção, cuja violência e degradação do outro, bem como as práticas coloniais, se dariam pela via do necropoder (Mbembe, 2016). Historicamente as mulheres africanas desempenham um papel incomensurável no processo de construção da cidade, não obstante as políticas de exclusão e apagamento do seu lugar social de destaque, ao longo processo de construção das cidades em Cabo Verde.

Palavras-chave

Mulheres Africanas. Ancestralidade. Cidade. Necropolítica.

LAS MUJERES AFRICANAS, EL RACISMO ESTRUCTURAL Y LA PANDEMIA DEL CEV 19: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CIUDAD DE PRAIA, CABO VERDE

Resumen

En este trabajo proponemos una reflexión sobre la agencia de las mujeres africanas y su (re)existencia en una época de pandemia COVID 19, en el contexto de la ciudad de Praia, capital de Cabo Verde. Nuestro ejercicio de sule se basa en la epistemología del Womanism africano (Hudson-Weens, 1993) para entender la agencia de las mujeres en la construcción de la ciudad. Para Mbembe (2016) en el contexto de países africanos como Cabo Verde atravesados por el sistema de dominación, las ciudades colonizadas se erigieron desde un estado de excepción, cuya violencia y degradación del otro, así como las prácticas coloniales, se producirían a través del necropoder (Mbembe, 2016). Históricamente, las mujeres africanas desempeñan un papel inconmensurable en el proceso de construcción de la ciudad, a pesar de las políticas de exclusión y borrado de su destacado lugar social en el largo proceso de construcción de ciudades en Cabo Verde.

Palabras clave

Las mujeres africanas. Ancestralidad. Ciudad. Necropolítica.

AFRICAN WOMEN, STRUCTURAL RACISM AND THE COVID 19 PANDEMIC: A CASE STUDY IN PRAIA CITY, CAPE VERDE

Abstract

In this paper we propose a reflection on African women's agency and their (re) existence in a time of Pandemic COVID 19, in the context of the city of Praia, capital of Cape Verde. Our sole exercise is grounded in the epistemology of African Womanism (Hudson-Weens, 1993) to understand women's agency in the construction of the city. For Mbembe (2016) in the context of African countries like Cape Verde crossed by the domination system, the colonized cities were erected from a state of exception, whose violence and degradation of the other, as well as colonial practices, would take place through necropower (Mbembe, 2016). Historically, African women play an immeasurable role in the process of building the city, despite the policies of exclusion and erasure of their prominent social place, throughout the process of building cities in Cape Verde.

Keywords

African women. Ancestrality. City. Necropolitics.

CONTRIBUIÇÃO

Rutte Tavares Cardoso Andrade

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo o único responsável pela sua redação.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

A autora declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Andrade, Rutte T. C. (2021). Mulheres africanas, racismo estrutural e pandemia de covid 19: um estudo de caso na cidade da Praia em Cabo Verde. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(21), 22-42.